



Handwritten signature and date: 2007

# Relatório de Actividades e Contas da Direcção do ano de 2 006

Março de 2 007

Handwritten marks and initials in the top right corner, including a stylized signature and the number '07'.

# Relatório de Actividades e Contas da Direcção do ano de 2 006

## Índice

Índice	2
1. O Relatório de Actividades	4
1.1. As opções e decisões de natureza estratégica	3
1.1.1. A consolidação interna	4
1.1.2. O relacionamento institucional	8
1.1.3. O relacionamento internacional	9
1.2. O funcionamento corrente	10
1.2.1. O funcionamento interno	11
1.2.2. O relacionamento com o exterior	12
2. As Contas	13

Handwritten notes and initials in the top right corner, including a signature and the number '07'.

# Relatório de Actividades e Contas da Direcção do ano de 2006

Este Relatório é presente à Assembleia-geral da Associação para que se possa dar cumprimento ao disposto na al. a) do n.º 2 do artigo 15º dos Estatutos, que prevê que a Assembleia-geral se reúna em sessão ordinária, até 31 de Março de cada ano, para discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção, do ano anterior, bem como do parecer do Conselho Fiscal. Para além desta obrigação formal é, também, **um momento privilegiado de reflexão, de debate e de encontro dos Associados com a sua Associação.**

Ao Relatório pede-se que reflecta com verdade e rigor as actividades desenvolvidas e que mostre o nível de eficiência da gestão da Direcção. As Contas são a outra face das actividades desenvolvidas: justificam-se para que se ajuíze da sua regularidade e a forma como os financiamentos mobilizados contribuíram para que se realizassem os objectivos programados.

No que se segue procuraremos ter presente uma e outra. Será estruturado em duas partes: **O Relatório de Actividades e As Contas.**

## 1. O Relatório de Actividades

Neste ponto realizar-se-á o confronto entre as actividades e objectivos programados e as actividades e objectivos realizados. Há-os que têm natureza estrutural e estratégica e outros que se configuram com a gestão corrente. Por isso, esta parte está subdividida em dois sub - pontos: o primeiro, em que se apreciam opções e **decisões de natureza estratégica**; o segundo em que se faz a avaliação das **questões de funcionamento corrente.**

CB  
25/1/05  
07

## 1.1. As opções e decisões de natureza estratégica

Como foi referido no Relatório de Actividades apresentado aos associados na Assembleia-geral do ano anterior, o ano de 2005 caracterizou-se pela circunstância de termos de nos confrontar com desafios que antes não tinham sido suficientemente ponderados: parceria reforçada com o Ministério do Trabalho e Solidariedade, alargamento do número de compromissos com entidades financeiras, envolvimento na Rede Europeia de Microfinança e desenvolvimento da Rede do Microcrédito em direcção das instituições de solidariedade ou que têm trabalho de natureza social junto do público para quem o microcrédito pode constituir, nas suas vidas, uma janela de esperança.

Foram desafios que, apenas, começaram a ser equacionados durante esse ano de 2005; o seu **horizonte de realização temporal é o do tempo longo** e, por isso, não pode esperar-se que do empenhamento que a eles devotamos possamos recolher resultados imediatos. Apesar de contratempos surgidos durante o ano de 2006, continuaram a constituir parte principal da nossa mobilização. Esta mobilização apenas foi justificada porque continuou a ser nossa convicção que, desse modo, estávamos a criar condições para que pudéssemos prestar um melhor serviço aos que precisam do microcrédito.

Foram estas motivações que conduziram a que o **Programa de Acção para 2006** viesse a explicitar as seguintes direcções de empenhamento:

1. Consolidação interna.
2. Relacionamento institucional.
3. Relacionamento internacional.
4. Expansão e reforço da rede de parceiros.

Em relação a cada um destes pontos fizemos **progressos significativos**. No entanto, não fomos tão longe quanto inicialmente prevíamos, em parte devido a dificuldades, surgidas a meio do ano, na gestão do protocolo com o IEFP, nomeadamente, na sua componente de financiamento, o que, a partir de determinado momento, nos levou a limitar a assunção de compromissos que envolvessem responsabilidades financeiras adicionais.

Na apresentação que a seguir se faz trataremos dentro do título de “Relacionamento institucional”, também, as questões relativas à “Expansão e reforço da rede de parceiros”.

### 1.1.1. A consolidação interna

A consolidação interna da estrutura de funcionamento cedo se tornou um imperativo para a Direcção que considerou ser indispensável caminhar com vista a obter um suporte de funcionamento mais sólido, sem o qual deixaria de ser sustentável a ambição do aumento do nível de actividade, isto é do número dos que passam a ter sucesso pela via do microcrédito.

Constituíram elementos dessa consolidação interna: o acesso a espaços de trabalho mais amplos e afáveis, a informatização de procedimentos, o aumento do número de agentes de microcrédito, a intensificação de acções de formação, a estruturação da actividade de voluntariado e a animação da vida interna da Associação, nomeadamente, através de uma melhor partilha da informação.

No que se refere à **disponibilização de espaços** procedeu-se à mudança da Rua Castilho para a Praça José Fontana, o que permitiu, com o agrado de todos, melhorar as condições de prestação de serviços. Sinal de que a opção tomada foi oportuna é o facto de já hoje as novas instalações se revelarem insuficientes e ter sido encarada a possibilidade de nova expansão.

A **informatização de procedimentos**, que permitirá um melhor, mais célere e mais alargado acesso à informação, foi iniciada, tendo sido estimado que o projecto se poderia ter terminado ainda durante 2006. Imponderáveis relacionados com a sistematização da informação já existente na Associação levaram a que esse objectivo não tivesse sido conseguido, estando agora previsto que tal possa vir a acontecer em fins do 1º ou inícios do 2º semestre de 2007. Após a validação do trabalho realizado haverá que contar com um a dois meses de trabalho de teste, antes da completa operacionalidade do novo sistema.

Tendo estado previsto, nos objectivos inicialmente desenhados, o aumento da actividade e consequentemente o aumento do número de agentes de microcrédito, tal não veio a ser concretizado pela circunstância de, a partir de

meados de 2 006, terem surgido dificuldades de liquidez no relacionamento com o IEFP que não aconselhavam a assumpção de compromissos financeiros adicionais. Tal impossibilidade foi, contudo, de algum modo compensada pelo facto de durante o ano anterior já se ter aumentado a equipe de agentes e de a prestação dos agentes, que ocupam posição estratégica na estrutura de funcionamento da Associação, ter revelado forte empenhamento.

Dada a indisponibilidade do anterior Coordenador dos Agentes de Microcrédito (CAM) para continuar a assegurar funções, a Direcção tomou a decisão de procurar obter o envolvimento de um novo CAM com funções alargadas, tendo em vista, nomeadamente, a preocupação de imprimir uma coordenação reforçada das actividade operacionais de microcrédito. Assim o exigia o crescimento do microcrédito que se estava a verificar e a necessidade de provarmos a nós próprios e a outros a justeza do trabalho que realizávamos e a boa aplicação dos financiamentos colocados à nossa disposição. Após vários meses de trabalho realizado a Direcção não tem dúvidas sobre o bom fundamento da opção tomada.

As dificuldades entretanto surgidas puderam ser ultrapassadas, o que permitirá encarar novas possibilidades de expansão, nomeadamente, no quadro do novo protocolo celebrado com o IEFP no fim do ano de 2 006.

O desenvolvimento de acções de formação tem sido uma preocupação constante da Direcção e algumas iniciativas foram tomadas. No entanto foram duas as razões que aconselharam a que se não fosse mais longe:

1. Um maior envolvimento dos agentes em acções de formação implicava o seu afastamento temporário do trabalho de campo sem que existissem condições para que esse afastamento pudesse ser compensado com o trabalho de novos agentes.
2. Continuando a existir razões para que se promovam acções de formação comuns a todos os agentes, surge com cada vez maior justificação a necessidade de realizar acções de formação selectivas em função do perfil específico de cada agente, não tendo havido disponibilidade para que pudesse ser realizada a identificação ajustada das formações adequadas a cada um.

E  
A  
(Bunk)  
M

Importa sublinhar que as acções formação levadas a cabo foram, em parte, asseguradas em regime de voluntariado ou com forte componente de subsidiação.

O voluntariado sempre constituiu uma vocação e um caminho privilegiado para trabalho qualificado dentro da Associação. A ampliação e aprofundamento do trabalho aí realizado impôs, no entanto, que se começasse a tomar consciência de que, também, o trabalho de voluntariado necessitava de ser estruturado em moldes de maior compromisso, por parte de quem recebe e por parte de quem dá.

Foi tarefa em que a Direcção se empenhou durante o ano de 2 006 não tendo conseguido, no entanto, obter os resultados que desejava. Espera-se que, ainda durante o 1º semestre de 2 007 possamos vir a desencadear uma forte mobilização do voluntariado dentro da Associação, na qual todos os Associados são incitados a poderem vir a envolver-se.

Um dos objectivos maiores que a Direcção se tinha proposto era o da **animação da vida interna da Associação**. Continuou-se a publicar o Boletim, realizaram-se encontros dirigidos a todos os associados, destinados a discutir questões de organização interna ou questões de fundamentação e desenvolvimento do movimento do microcrédito. Recordamos com particular emoção a sessão que foi possível organizar com a participação do Prof. Yunus, na sequência da sua participação da Conferência de Encerramento do Ano Internacional do Microcrédito promovida pela ANDC, pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade e pelo IEFP.

Contudo, este é, talvez, o objectivo em relação ao qual a Direcção sente ter ficado mais longe dos resultados que desejava atingir. Duas são as principais razões para que assim fosse:

1. A incapacidade que tivemos para gerir a informação que ia sendo acumulada, em grande medida devido ao facto de, a todo o momento estarmos à espera que a informatização de procedimentos se finalizasse.
2. A impossibilidade de mobilização de voluntários para se responsabilizarem pelas acções de animação, uma vez que tinha sido opção da Direcção ser a partir daí que se deveria consolidar a animação.

Estes dois bloqueamentos estão em vias de ser ultrapassados, pelo que esperamos que um impulso importante possa vir a ser dado na direcção das acções de animação.

Em relação ao exterior foram múltiplas as actividades em que a ANDC participou por sua iniciativa ou a solicitação de entidades terceiras. Destacamos, em particular, o debate realizado no ISCTE por ocasião da atribuição do Prémio Nobel ao Prof. Yunus e as intervenções realizadas, nos Açores, pela Direcção Regional da Coesão, em Braga, na Associação Industrial, em Viseu, no 12º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, em Fátima, na Caritas, etc.

Complementarmente, deveremos, igualmente ter presente a projecção mediática que, em órgãos de comunicação diversos, teve a ANDC, nomeadamente, por ocasião da atribuição do Prémio Nobel.

Recordamos que uma outra dimensão importante da animação é a que se refere a **constituição de espírito de rede entre os microempresários**. Também aqui, e pelas razões antes referidas, pouco foi o caminho andado.

Em Anexo poderão os associados encontrar alguns dos **indicadores mais significativos sobre a actividade da Associação**: número de empreendimentos (projectos creditados), postos de trabalho criados no início da actividade, capital investido, taxa de delinquência (insolvência) do capital investido, taxa de encerramento, distribuição espacial, sectorial, por género, por habilitação literária e por qualificação.

Por mais significativo retém-se, aqui, a diminuição do **número de projectos creditados** entre 2 005 e 2 006, de 153 para 122. Não podemos esquecer que o valor de 153 foi, em grande medida, atingido graças às iniciativas desenvolvidas no âmbito do "Ano Internacional do Microcrédito", fenómeno que não se veio a repetir em 2 006. É verdade que no final deste ano tivemos o impulso gerado pela atribuição do Prémio Nobel ao Prof. Muhammad Yunus. No entanto, o impacto efectivo, em termos de projectos creditados só começou a ter efeitos em inícios de 2 007.

Para além disso deveremos ter presentes as circunstâncias de tesouraria, já anteriormente referidas, com efeitos mais gravosos no fim do ano e que não

deixaram de ter efeitos sobre a dinamização, no exterior, da actividade da Associação. Apesar da diminuição de 153 para 122 do número de projectos financiados, recorde-se que o tecto de financiamento do IIEFP cobria, apenas, a preparação e acompanhamento de 98 projectos.

### 1.1.2. O relacionamento institucional

Em termos institucionais, o relacionamento mais sólido tem vindo a ser estabelecido com o Ministério do Trabalho e Solidariedade e com instituições que dele dependem. Para além do empenhamento que nos têm revelado o Sr. Ministro e os seus Secretários de Estado, não pode deixar de ser destacado o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido com o IIEFP e a sua Direcção.

Após morosas trocas de pontos de vista, realizadas durante todo o ano de 2006, foi assinado, já perto do fim do ano, um novo protocolo que, quando se pretende ultrapassar o limiar até hoje atingido de projectos creditados, vem ampliar, significativamente, a sustentabilidade financeira da ANDC.

No âmbito deste novo protocolo o tecto de financiamento foi aumentado de 375 000 € para 700 000 €, sendo este valor a contrapartida da creditação de 220 projectos, em vez de 98, como acontecia no âmbito do protocolo anterior.

Em termos institucionais ocupam, igualmente, lugar central as instituições financeiras. Até fins de 2005 tínhamos um acordo, apenas, com o Millenniumbcp. Já em fins de 2005 viemos a assinar um novo protocolo de colaboração com a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e no início de 2006 com o Banco Espírito Santo (BES). A verdade é que o trabalho operacional com cada uma destas duas instituições financeiras só se veio a tomar corpo em 2006. Os resultados obtidos, embora não atinjam, ainda, a dimensão do trabalho que tem vindo a ser feito com o Millenniumbcp têm vindo a mostrar o bem fundado da opção de alargamento a instituições financeiras diversas do Millenniumbcp.

Sublinhe-se, igualmente, que quase simultaneamente com a assinatura de protocolos com a CGD e com o BES, se reestruturou o anterior protocolo com o Millenniumbcp, o que veio a possibilitar uma melhor articulação e coordenação das iniciativas desenvolvidas em parceria com esta instituição,

O trabalho de arranque com as novas instituições gerou, como esperávamos, dificuldades inerentes a esta fase, mas, com empenhamento de uma parte e outras, têm vindo a ser dados passos que fazem crer que as dificuldades iniciais estão em vias de ser superadas.

Outro esforço importante e de carácter estratégico, que tem vindo a ser desenvolvido é o que se dirige às **instituições que nos espaços de carência desenvolvem trabalho de solidariedade e de apoio social**. Deste ponto de vista foram múltiplas as iniciativas, com origem na ANDC ou por solicitação dessas instituições. Entre as instituições de espectro de intervenção mais largo citamos a Caritas e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS).

De âmbito espacial mais restrito, não tendo todas já dado origem a trabalho operacional, são de referir: a Câmara de Grândola, a Câmara do Fundão e a Caixa de Crédito Agrícola da mesma cidade, Câmara de S.to Tirso, Landal, RTP2, Sol do Ave, Walker, etc. Além destas novas iniciativas permaneceram activas e justificadas as parcerias já anteriormente estabelecidas com outras instituições como é o caso da ADC Moura. Esta continua a ser uma via privilegiada de ir consolidando núcleos de animação a nível local.

Tem vindo, também, a ser desenvolvido trabalho com vista a avaliar a possibilidade de articulação do trabalho da ANDC com o das Redes Sociais, não sendo, ainda, possível enunciar opções de trabalho em comum.

Finalmente, convém sublinhar o bom acolhimento que foi possível encontrar junto do Metropolitano de Lisboa com vista a que pudessem ter sido colocados cartazes de divulgação do microcrédito realizado pela ANDC.

### 1.1.3. O relacionamento internacional

A manutenção de relações com instituições que em outros países desenvolvem trabalho de microcrédito ou microfinança continuou a ser um empenhamento forte da Direcção. Porque mais significativa destaca-se aqui a **continuação da pertença ao "Board" da Rede Europeia de Microfinança (REM)**. Após algumas hesitações e na sequência, da apresentação da candidatura da

ANDC e de um renhido processo eleitoral, a ANDC, na pessoa do seu Presidente, foi eleita como membro da Direcção da rede.

Na Europa são duas as principais organizações de instituições de microcrédito: a REM e o "Microfinance Center" (MFC). Enquanto a primeira reúne, no essencial, as instituições dos designados países da Europa Ocidental, o MFC agrega as instituições dos países da anterior Europa de Leste. Em Junho de 2006 realizou-se, em Budapeste, a Conferência Anual da REM que foi o resultado de uma organização conjunta da REM e do MFC. Aí tivemos ocasião de contactar com modos muito diversos de fazer microcrédito, concluindo que as organizações no âmbito do MFC possuem uma componente de organizações financeiras muito mais vincada que a das organizações que fazem parte da REM.

Convém, no entanto, estar consciente que **mesmo no âmbito da REM já foi tomada uma opção clara pelo envolvimento mais pesado de instituições de carácter financeiro**. É aí, no entanto, que se reúne o maior número de organizações cujo modo de estar mais se aproxima da que tem a ANDC. Esta razão e a existência da opção adicional por instituições financeiras que desenvolvem práticas de microfinança é mais uma razão para aí estarmos e tentarmos defender o ponto de vista das instituições com princípios de intervenção como os da ANDC.

Para além da REM tem-se mantido o contacto com o "Réseau de Financement Alternatif" onde têm sido desenvolvidos trabalhos e intervenções junto da União Europeia (UE) com vista à promoção dos direitos fundamentais através do aprofundamento de parcerias público-privadas.

A conjuntura de 2006 não foi propícia ao desenvolvimento mais intenso de relações de carácter bilateral como anteriormente tínhamos desejado. Continuamos a pensar que é caminho que deve ser objecto da nossa atenção.

## 1.2. O funcionamento corrente

As questões de natureza estratégica são suporte do funcionamento corrente, mas nenhuma opção estratégica será bem sucedida sem um funcionamento

eficiente da gestão corrente. São dois os vectores essenciais dessa gestão: o funcionamento interno e o relacionamento com o exterior.

### 1.2.1. O funcionamento interno

No funcionamento interno continuaram a implementar-se iniciativas que eram consequência de opções anteriores e cujos efeitos se têm vindo a revelar positivos. Citam-se as actividades de Secretariado, de microcrédito, dos órgãos da Associação, das relações internacionais e a mudança de instalações.

A opção por um **Secretariado** a tempo inteiro, na Sede, veio a revelar-se acertada e já hoje começam a manifestar-se sinais de que poderá justificar-se o seu alargamento ou, pelo menos, a sua reorganização com um maior envolvimento da participação de acções de voluntariado. Também no Porto foi admitido o trabalho de Secretariado a meio tempo, com resultados muito positivos.

Durante o ano de 2006, como já atrás foi referido, foram realizados 122 novos microcréditos de que resultou uma bolsa de empreendedores potenciais em acompanhamento de cerca de 336. A questão da qualidade do acompanhamento dos microempresários cuja dimensão não pode deixar de continuar a aumentar, é uma das que tem que reter muita da nossa atenção. Necessitamos, cada vez mais, de estar presente mas, também, de podermos **prestar serviços de assistência técnica mais qualificados e diversificados.**

Os **Órgãos da Associação** têm tido um funcionamento regular, de acordo com o estatutária e regulamentarmente previsto, sendo de salientar o elevado grau de participação que, em particular, nas Assembleias-gerais, tiveram os seus associados, não só em número, como pelo interesse das questões que nelas foram suscitadas.

O número de associados cresceu como se desejava, de 326 para 341, tendo-se saldado por um acréscimo líquido de 15. Gostaríamos que todos os associados se continuassem a empenhar com vista a que o crescimento do número de associados ganhe maior dinamismo. Não se trata, apenas, de sermos mais mas, sobretudo, de constituirmos, no mundo do microcrédito que se desenvolve, um

movimento de opinião que faz do microcrédito um instrumento de inclusão, mais do que trampolim para rentabilizar capitais.

A mudança de instalações constituiu um momento de significativa importância para um funcionamento mais eficiente da Associação. A independência adquirida e as condições de trabalho que foi possível reunir, são um incentivo para o acréscimo da qualidade do trabalho que desenvolvemos. Como já, atrás, foi referido justifica-se já que se possa encarar uma nova expansão das instalações. Recorde-se que esta expansão teve maior significado em Lisboa mas, também, aconteceu na Delegação do Porto, onde dispomos, agora, de duas amplas salas que proporcionam condições de trabalho confortáveis.

Em finais de 2005 o Millenniumbcp lançou uma nova linha de microcrédito. Apesar das interrogações então colocadas é possível hoje dizer que essa iniciativa não tem tido efeitos nefastos sobre a parceria que a ANDC possui com o Millenniumbcp antes, pelo contrário, que ambas se têm vindo a revelar como iniciativas complementares.

Finalmente, sublinhe-se que, na sequência da obtenção em 2005 do reconhecimento do **Estatuto de Utilidade Pública** se iniciaram, em 2006, as iniciativas para a obtenção do **Estatuto do Mecenato**, de que aquele constituía um ponto prévio. Trata-se de um processo complexo e moroso que, de acordo com as informações recolhidas, pode demorar vários anos, mas que ao que cremos se está a desenrolar de forma adequada.

### 1.2.2. O relacionamento com o exterior

O **Boletim** tem constituído um poderoso instrumento de divulgação das actividades da Associação, tanto entre os Associados, como entre o público ao qual tem sido possível dar-lhe acesso. Foram introduzidos novos conteúdos e uma nova forma gráfica, cumprindo-se a sua regular edição.

Gostaríamos de poder vir a criar, também, um instrumento sob forma gráfica, ou outra, que possa constituir **um meio de ligação entre os microempresários** em que, porventura, eles possam vir a intervir empenhadamente. Trata-se de trabalho que reúne todas as condições para poder vir a ser desenvolvido por via do voluntariado.

De acordo com a expectativa criada, foi obtido financiamento para o **“Estudo de Avaliação Prospectiva do Micro-empendedorismo em Portugal”** que, no âmbito do Programa Equal, a ANDC, em parceria com outras instituições, de que o Instituto António Sérgio constitui o principal foco animador. Os trabalhos têm vindo a desenvolver-se dentro das linhas de programação inicialmente traçadas.

## 2. As Contas

As Contas reflectem o nível de actividade desenvolvido durante o ano de 2006, tendo a Direcção procurado realizar uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis, tanto em termos de despesas efectivamente realizadas, como em termos de compromissos assumidos.

O montante das receitas superou o das despesas em 503,78 €, sendo este excedente um resultado que a Direcção propõe que seja aplicado em reservas livres para reforço dos capitais próprios da Associação.

Em 2006 as receitas foram superiores às de 2005, em 7%, o que se ficou a dever ao acréscimo dos proveitos diversos, uma vez que as outras rubricas (quotizações e donativos) tiveram uma evolução negativa; trata-se de uma situação que preocupa a Direcção mas deve, também, constituir um sinal de alerta para o conjunto dos Associados. A contribuição do IEFP manteve-se constante, tendo atingido, pelo segundo ano consecutivo o tecto de 375 000 €.

No que concerne aos custos, verificou-se um acréscimo de 7,8% em relação a 2005, mas uma diminuição de 31,0% em relação ao orçamentado. O acréscimo de custos é o resultado do aumento do nível de actividade e das opções tomadas pela Direcção quanto a instalações, equipamentos, pessoal e sustentabilidade do funcionamento da Associação. A principal razão deste aumento de custos deveu-se a acréscimos associados com as despesas com o pessoal, suas deslocações e estadias.

Em relação às duas grandes rubricas “Custos Fixos Centrais” e “Custos Variáveis” pode-se constatar uma diminuição dos primeiros em 13,3%

relativamente ao orçamentado e um aumento de 21,7% em relação ao ano anterior. Relativamente às segundas verificou-se uma diminuição de 27,9% em relação ao orçamentado e um aumento de 19,3% em relação ao ano anterior. De notar que os custos com as deslocações apresentam desvios positivos, quer em relação ao orçamentado, quer em relação ao ano anterior.

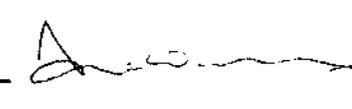
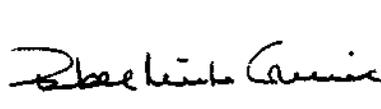
Finalmente, são de sublinhar os montantes com "Provisões para Riscos e Encargos". O montante previsto para o Fundo de Garantia (26 195,41 €) resulta dos compromissos assumidos com as instituições financeiras e corresponde, a 5% do crédito concedido. A dotação para Provisão para Encargos e Projectos Aprovados, no montante de 13 000,00 € é a aplicação de uma norma prudencial que visa cobrir riscos potenciais para a gestão da actividade, gerados por insuficiência de receitas.

#### A Direcção da ANDC



(Manuel Brandão Alves)

Presidente

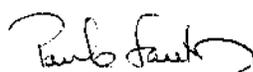


(Isabel Maria Pinto Correia) (Ana Cordovil)

Secretária

Tesoureira

1



(Paula Santos)

Vogal



(Palmira Macedo)

Vogal

*Pedro Amaro*



**ANDC**

**Associação Nacional de Direito ao Crédito**

**Em 31 de Dezembro de 2006**

**ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

**NOTA INTRODUTÓRIA**

A **ANDC** – Associação Nacional de Direito ao Crédito, é uma associação sem fins lucrativos, declarada a sua utilidade pública por despacho de 27.10.2004 nos termos do D.L.nº.460/77, de 7 de Novembro “B 02.07.-Proc.13/04. Constituída em 14 de Dezembro de 1998, tem como objecto a promoção do desenvolvimento pessoal, económico e social daqueles que se encontram em situação de pobreza ou exclusão social, nomeadamente através de iniciativas que assegurem o acesso e a obtenção de crédito por parte dessas pessoas, permitindo-lhes o desenvolvimento de projectos de natureza económica geradores de auto-emprego ou de micro-empresas.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se omite neste anexo não são aplicáveis à Associação ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

**3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

**A) IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS**

O Imobilizado corpóreo adquirido encontra-se registado ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com o correspondente período de vida útil, respeitando os limites fiscalmente aceites.

**B) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS**

A Associação regista nestas rubricas as despesas e receitas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um deles pelo valor que lhes corresponde.

**7 - NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL AO SERVIÇO**

	2006	2005
Empregados	12	10

Pedro Awan

## 10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações corpóreas bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões foi o seguinte:

### ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Regularizações	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>					
Despesas de Instalação .....					
Despesas de Investigação e Desenvolvimento .....					
<b>Sub- Total</b>					
<b>Imobilizações Corpóreas</b>					
Obras e Edifícios.....					
Equipamento Básico .....					
Equipamento Transporte .....					
Ferramentas e Utensílios.....					
Equipamento Administrativo .....	22.756,18	8.588,61			31.344,79
Outras Imob. Corpóreas .....	521,71				521,71
<b>Sub- Total</b>	<b>23.277,89</b>	<b>8.588,61</b>			<b>31.866,50</b>
<b>Imobilizações Em Curso</b>					
<b>Sub- Total</b>					
<b>Imobilizações Financeiras</b>					
Partes de Capital de Empresas do Grupo .....					
Títulos e Aplicações Financeiras					
Partes de Capital Empresas Associadas .....					
<b>Sub- Total</b>					
<b>Total Geral</b>	<b>23.277,89</b>	<b>8.588,61</b>			<b>31.866,50</b>

## AMORTIZAÇÕES

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>				
Despesas de Instalação .....				
Despesas de Investigação e Desenvolvimento .....				
<b>Sub-Total</b>				
<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
Edifícios e Outras Construções				
Equipamento Básico .....				
Equipamento Transporte .....				
Ferramentas e Utensílios.....				
Equipamento Administrativo .....	13.013,06	4.877,76		17.890,82
Outras Imob. Corpóreas .....	521,71			521,71
<b>Sub-Total</b>	<b>13.534,77</b>	<b>4.877,76</b>		<b>18.412,53</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>13.534,77</b>	<b>4.877,76</b>		<b>18.412,53</b>

### 34 - MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

	Saldo Inicial	Aumento	Diminuições	Saldo Final
296-F.deGarantia	125.578,63	26.195,39	406,70	151.367,32
297-F.Proj.Aprov.	191.414,60	13.000,00		204.414,60

#### 40 - VARIAÇÃO DE OUTRAS CONTAS DE CAPITAL PRÓPRIO

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO NO EXERCÍCIO	DIMINUIÇÃO NO EXERCÍCIO	SALDO FINAL
51 - CAPITAL				
54 - PRÊMIOS EMISSÃO AÇÕES				
56 - RESERVA DE REAVALIAÇÃO				
52 - AÇÕES PRÓPRIAS				
57 - RESERVAS				
57.1 - RESERVAS LEGAIS				
57.4 - RESERVAS LIVRES	33.144,91			33.144,91
59 - RESULTADOS TRANSITADOS	2.355,52	3.605,83		5.961,35
88 RESULT.LÍQUIDO EXERCÍCIO	3.605,83	503,78	3.605,83	503,78
<b>TOTAL</b>	<b>39.106,26</b>	<b>4.109,61</b>	<b>3.605,83</b>	<b>39.610,04</b>

#### 45 - Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2006	2005		2006	2005
681 - Juros suportados		207,92			
684 - Provisões p/aplic. financeiras					
685 - Diferenças câmbio desfavor.			781 - Juros Obtidos	2.115,41	1.187,71
688 - Out. cust. e perd. finan.	308,16	234,20			
Resultados Financeiros	1.807,25	745,59	Resultados Financeiros		
	2.115,41	1.187,71		2.115,41	1.187,71

*Pedro Assunção*

#### 46 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2006	2005		2006	2005
691 - Donativos			791 - Restituição impostos		
692 - Dívidas incobráveis			796 - Red.amort. e prov.		
694 - Perdas em imobiliz.			797 - Correções rel exer. Ant.		0,10
695 - Multas e penalidades	200,00		798 - Out. prov gan ext.	47.600,12	0,05
697 - Correções rel. exer. Ant.			799 - .....		
698 - Outros custos e perdas ext.		7,30	Resultados Extraordinár.		7,15
Resultados Extraordinár.	47.400,12				
	47.600,12	7,30		47.600,12	7,30

Lisboa, 31 de Dezembro de 2006

*Pedro Assunção*



**BALANÇO em 31 de Dezembro de 2006**

Valores em €

<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>		
Capital .....		
Reservas de Reavaliação .....		
Acções Próprias .....		
Reservas:		
Reservas Legais .....		
Reservas Livres .....	33.144,91	33.144,91
Resultados Transitados .....	5.961,35	2.355,52
Prémios Emissão de Acções .....		
Resultado Líquido do Exercício .....	503,78	3.605,83
<b>sub-total</b>	<b>39.610,04</b>	<b>39.106,26</b>
<b>PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:</b>		
Outras Provisões para Riscos e Encargos .....	355.781,92	316.993,23
<b>DIVIDAS A TERCEIROS - MEDIO E LONGO PRAZO .....</b>		
<b>DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:</b>		
Dividas a Instituições de Crédito .....		
Fornecedores, C/C. ....		
Adiantamentos de Clientes .....		
Fornecedores de Imobilizado, C/C. ....		
Estado e outros Entes Públicos .....	4.022,35	5.273,78
Outros Credores .....	1.781,25	48.958,12
<b>sub-total</b>	<b>5.803,60</b>	<b>54.231,90</b>
<b>ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS:</b>		
Acréscimo de Custos .....	35.075,48	32.598,40
Proveitos Diferidos .....	600,00	250,00
	<b>35.675,48</b>	<b>32.848,40</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo .....</b>	<b>436.871,04</b>	<b>443.179,79</b>

Técnico Oficial de Contas

A Direcção



**BALANÇO em 31 de Dezembro de 2006**

Valores em €

<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>		
Capital .....		
Reservas de Reavaliação .....		
Acções Próprias .....		
Reservas:		
Reservas Legais .....		
Reservas Livres .....	33.144,91	33.144,91
Resultados Transitados .....	5.961,35	2.355,52
Prémios Emissão de Acções .....		
Resultado Líquido do Exercício .....	503,78	3.605,83
<b>sub-total</b>	<b>39.610,04</b>	<b>39.106,26</b>
<b>PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:</b>		
Outras Provisões para Riscos e Encargos .....	355.781,92	316.993,23
<b>DIVIDAS A TERCEIROS - MEDIO E LONGO PRAZO .....</b>		
<b>DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:</b>		
Dividas a Instituições de Crédito .....		
Fornecedores, C/C. ....		
Adiantamentos de Clientes .....		
Fornecedores de Imobilizado, C/C. ....		
Estado e outros Entes Públicos .....	4.022,35	5.273,78
Outros Credores .....	1.781,25	48.958,12
<b>sub-total</b>	<b>5.803,60</b>	<b>54.231,90</b>
<b>ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS:</b>		
Acréscimo de Custos .....	35.075,48	32.598,40
Proveitos Diferidos .....	600,00	250,00
	<b>35.675,48</b>	<b>32.848,40</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo .....</b>	<b>436.871,04</b>	<b>443.179,79</b>

Técnico Oficial de Contas

A Direcção



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Valores em €

CUSTOS E PERDAS	2 0 0 6		2 0 0 5	
Custo das mercadorias vendidas.....				
Fornecimentos e serviços externos.....		186.153,81		156.830,93
Custos com o pessoal:				
Remunerações.....	175.534,49		142.842,38	
Encargos sociais.....	33.268,31		28.616,91	
Outros.....	1.793,54	210.596,34	1.380,64	172.839,93
Amortizações e Ajustamentos do Exercício.....	4.877,76		3.038,04	
Provisões.....	39.195,39	44.073,15	76.310,44	79.348,48
Impostos.....	19,44		20,00	
Outros custos operacionais.....	745,00	764,44	585,00	605,00
( A ).....		441.587,74		409.624,34
Juros e custos assimilados:				
Relativos a empresas interligadas.....				
Outros.....	308,16	308,16	442,12	442,12
( C ).....		441.895,90		410.066,46
Custos e perdas extraordinários.....		200,00		7,30
( E ).....		442.095,90		410.073,76
Imposto sobre o rendimento do exercício.....				
( G ).....		442.095,90		410.073,76
Resultado líquido do exercício.....		503,78		3.605,83
		442.599,68		413.679,59
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>				
Vendas.....				
Prestação de serviços.....				
Variação da produção.....				
Trabalhos para a própria empresa.....				
Subsídios a exploração.....	375.000,00		377.983,99	
Proveitos suplementares e outros.....	17.883,91	392.883,91	34.507,74	412.491,73
( B ).....		392.883,91		412.491,73
Rendimentos de participações de capital:				
Relativos a empresas interligadas.....				
Relativos a outras empresas.....				
Rendimentos Títulos negociáveis e outras aplic. financeiras:				
Relativos a empresas interligadas.....				
Outros.....				
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas interligadas.....				
Outros.....	2.115,65	2.115,65	1.187,71	1.187,71
( D ).....		394.999,56		413.679,44
Proveitos e ganhos extraordinários.....		47.600,12		0,15
( F ).....		442.599,68		413.679,59
<b>RESUMO:</b>				
RESULTADOS OPERACIONAIS: ( B - A ).....		(48.703,83)		2.867,39
RESULTADOS FINANCEIROS: ( D - B ) - ( C - A ).....		1.807,49		745,59
RESULTADOS CORRENTES: ( D - C ).....		(46.896,34)		3.612,98
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS: ( F - E ).....		503,78		3.605,83
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: ( F - G ).....		503,78		3.605,83

Técnico Oficial de Contas

A Direcção

**BALANÇO em 31 de Dezembro de 2006**

Valores em €

ACTIVO	2006			2005
	Activo Bruto	Amortizações Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
<b>IMOBILIZADO:</b>				
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>				
Despesas de Instalação .....				
Desp. Investigação e Desenvolvimento .....				
<b>sub-total</b>				
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>				
Edifícios e Construções .....				
Equipamento Básico .....				
Equipamento de Transporte .....				
Ferramentas e Utensílios .....				
Equipamento Administrativo .....	31.344,79	17.890,82	13.453,97	9.743,12
Outras Imobilizações Corpóreas .....	521,71	521,71		
<b>sub-total</b>	<b>31.866,50</b>	<b>18.412,53</b>	<b>13.453,97</b>	<b>9.743,12</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES EM CURSO</b> .....				
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</b>				
Títulos e Outras Aplicações Financeiras .....				
<b>CIRCULANTE:</b>				
<b>EXISTÊNCIAS:</b>				
Mercadorias .....				
<b>DIVIDAS DE TERCEIROS - MEDIO/LONGO PRAZO</b> .....				
<b>DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO:</b>				
Clientes, C/C .....				
Clientes de Cobrança Duvidosa .....				
Adiantamentos a Fornecedores .....				
Outros accionistas (Sócios) .....				
Estado e outros Entes Públicos .....				
Outros Devedores .....	6.714,76		6.714,76	6.913,66
<b>sub-total</b>	<b>6.714,76</b>		<b>6.714,76</b>	<b>6.913,66</b>
<b>TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:</b>				
Outros Títulos Negociáveis .....				
Outras Aplicações de Tesouraria .....				
<b>sub-total</b>				
<b>DEPOSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:</b>				
Depósitos Bancários .....	302.146,78		302.146,78	364.854,52
Caixa .....	218,80		218,80	367,05
<b>sub-total</b>	<b>302.365,58</b>		<b>302.365,58</b>	<b>365.221,57</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:</b>				
Acréscimos de Proveitos .....	113.413,21		113.413,21	57.920,76
Custos Diferidos .....	923,52		923,52	3.380,68
<b>sub-total</b>	<b>114.336,73</b>		<b>114.336,73</b>	<b>61.301,44</b>
<b>Total de Amortizações</b> .....		<b>18.412,53</b>		
<b>Total de Provisões</b> .....				
<b>Total do Activo</b> .....	<b>455.283,57</b>	<b>18.412,53</b>	<b>436.871,04</b>	<b>443.179,79</b>

Técnico Oficial de Contas

A Direcção



## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITO AO CRÉDITO

### BALANCETE

DESCRIÇÃO	TOTAL	Orçamento 2006	REAL 2005	DESVIOS %	
				Real em 2006 em relação ao Orçamentado em 2006	Real em 2006 em relação ao Real em 2005
<b>I - PROVEITOS E GANHOS</b>					
Quotizações	11.850,00	20.000,00	12.949,88	-40,8%	-8,5%
Donativos	1.985,00	30.000,00	18.886,10	-93,4%	-89,5%
Subsídio IIEFP	375.000,00	594.000,00	375.000,00	-36,9%	0,0%
Proveitos diversos	53.764,65	0,00	6.843,61		685,6%
<b>TOTAL DOS PROVEITOS</b>	<b>442.599,65</b>	<b>644.000,00</b>	<b>413.679,59</b>	<b>-31,3%</b>	<b>7,0%</b>
<b>II - CUSTOS FIXOS CENTRAIS</b>					
<b>A - Custos c/ Pessoal</b>					
Remunerações do Pessoal	175.534,49	204.000,00	142.842,38	-14,0%	22,9%
Encargos sociais e fiscais	33.268,31	39.200,00	28.616,91	-15,1%	16,3%
Outros custos c/ Pessoal	1.793,84	1.450,00	1.380,64	23,7%	29,9%
<b>Soma</b>	<b>210.596,64</b>	<b>244.650,00</b>	<b>172.839,93</b>	<b>-13,9%</b>	<b>21,8%</b>
<b>B - Outros custos fixos</b>					
Honorários Técnico Ofic. Contas	4.646,40	4.800,00	4.608,00	-3,2%	0,8%
Renda de instalações	17.113,80	16.200,00	12.791,07	5,6%	33,8%
Amortizações de equipamentos	4.877,76	8.500,00	3.038,04	-42,6%	60,6%
Material de escritório e afins	2.671,89	3.500,00	2.448,96	-23,7%	9,1%
Manutenção de instal. e equip.	895,52	1.200,00	1.968,29	-25,4%	-54,5%
Utensílios desgaste rápido	1.326,10	300,00	1.301,71	342,0%	1,9%
Quotizações	745,00	1.100,00	585,00	-32,3%	27,4%
<b>Soma</b>	<b>32.276,47</b>	<b>35.600,00</b>	<b>26.741,07</b>	<b>-9,3%</b>	<b>20,7%</b>
<b>Soma dos custos fixos</b>	<b>242.873,11</b>	<b>280.250,00</b>	<b>199.581,00</b>	<b>-13,3%</b>	<b>21,7%</b>
<b>III - CUSTOS VARIÁVEIS CENTRAIS</b>					
Electricidade e Água	1.333,96	3.350,00	708,69	-60,2%	88,2%
Transp. deslocamentos e estadias	67.392,34	55.000,00	53.425,56	22,5%	26,1%
Publicações	8.347,42	47.000,00	10.046,60	-82,2%	-16,9%
Telecomunicações e correio	20.322,95	22.000,00	18.029,97	-7,6%	12,7%
Juros e serviços bancários	308,16	480,00	442,12	-35,8%	-30,3%
Ações formação e Seminários	4.792,00	31.100,00	4.142,54	-84,6%	15,7%
Livros, doc. técnica e enc. legais	71,49	500,00	1.501,60	-85,7%	-95,2%
Custos Diversos	2.111,56	300,00	1.141,92	603,9%	84,9%
Colaboradores Diversos	55.347,47	62.100,00	42.014,97	-10,9%	31,7%
2005 - Ano Internac. Micro-Crédito	0,00	0,00	2.728,35		-100,0%
<b>Soma</b>	<b>160.027,35</b>	<b>221.830,00</b>	<b>134.182,32</b>	<b>-27,9%</b>	<b>19,3%</b>
<b>III - CUSTOS VARIÁVEIS LOCAIS</b>					
Animadores					
Custos das Instituições locais					
<b>Soma dos custos variáveis</b>	<b>160.027,35</b>	<b>221.830,00</b>	<b>134.182,32</b>	<b>-27,9%</b>	<b>19,3%</b>
<b>IV-PROV. P/RISCOS E ENCARGOS</b>					
Provisão p/ "Fundo de Garantia"	26.195,41	67.100,00	41.623,86	-61,0%	-37,1%
Prov.p/Encargos c/Projectos Aprovados	13.000,00	71.280,00	34.686,58	-81,8%	-62,5%
<b>TOTAL DOS CUSTOS</b>	<b>442.095,87</b>	<b>640.460,00</b>	<b>410.073,76</b>	<b>-31,0%</b>	<b>7,8%</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANUAL</b>	<b>503,78</b>	<b>3.540,00</b>	<b>3.605,83</b>	<b>-85,8%</b>	<b>-86,0%</b>

*Pedro Amador*

*[Assinatura]*



## 2006 - Projectos aprovados (concelho e idade)

Nome	Concelho	Distrito	Negócio	Idade
Abreu da Conceição Salazar	Pombal	Leiria	Comércio de sapatos em feiras	37
Luzia Olívia Araújo	Amadora	Lisboa	Restaurante Churrasqueira	51
Manuel Costa Francisco	Beja	Beja	Comércio de produtos químicos (limpeza industrial) e papel	32
Maria Fátima Flor Felício da Fonseca	Fornos de Algodres	Guarda	Fabrico e venda de artesanato	44
João Miguel de Andrade Dores	Lisboa	Lisboa	Reabilitação física com Vibrogym	45
Maria Leonor de Abreu Sardo dos Santos	Loures	Lisboa	Engomadoria	43
Maria Luz Carvalho Gomes	Santarém	Santarém	Pastelaria	42
Fernando Alves Pina	Lisboa	Lisboa	Restauração	19
José Manuel Alves Fonseca	Lisboa	Lisboa	Restauração	40
Deolinda Gomes dos Santos	Vila Nova de Gaia	Porto	Exploração de café	27
Maria Fátima Marques da Conceição	Mafra	Lisboa	Papelaria e material informático	39
Maria Filomena Alves	Lisboa	Lisboa	Restauração	48
Davide Manuel Almeida Ferreira	Moura	Beja	Suinicultura estabelada	20
Maria Teresa Leitão Mendes Luís	Loures	Lisboa	ATL e Ciber Espaço	43
Andreia Alexandra Silva Lemos	Amadora	Lisboa	Venda de material para a construção civil	23
Milagros Maura Soria Riaño	Sintra	Lisboa	Comércio a retalho de pão e pastelaria	48
Paulo Manuel Ferreira Amaral	Odivelas	Lisboa	Exploração de Café / Snack bar	37
Tiago Miguel Sérgio Ferreira Pires	Almada	Setúbal	Ceramista (azulejos)	32
Vera Lúcia Queirós Monteiro	Paços de Ferreira	Porto	Loja / armazém de vinhos regionais	20
Maria Filomena D'Azambuja Gomes Girão	Coimbra	Coimbra	Venda de peixe	45
Vera Lúcia Monteiro Rodrigues	Porto de Mós	Leiria	Cabeleireiro	29
Ricardo Rosa Maria Mindela Santos	Amadora	Lisboa	Construção civil	44
Ana Lúcia de Brito Reis Marques Azevedo	Marinha Grande	Leiria	Restaurante	36
Maria Filomena dos Santos Canas Raposo	Miranda do Corvo	Coimbra	Loja de artesanato na própria casa	49
Carlos Alberto Fernandes Costa	Aveiro	Aveiro	Camionista	50
Ricardo Moura Braz	Leiria	Leiria	Publicidade	23
Maria Helena Carvalho Vaz	Setúbal	Setúbal	Cafetaria	57
Manuel António Santos Costa	Ourém	Leiria	Serviços de Canalização	26
Saodat Sayberdieva	Porto	Porto	Empresa de tradução de linguas	38
António Pedro Bigorne Paradela	Almada	Setúbal	Pastelaria	34
Filipe Alcino Ferreira Gomes	Santa Maria da Feira	Aveiro	Limpeza de matas e terrenos	30
João Carlos Pereira Martins	Caldas da Rainha	Leiria	Loja de música.	27
José Piedade Maria	Torres Vedras	Lisboa	Roulote de Petiscos	49
Márcio Filipe Viegas Fernandes	Loulé	Faro	Animação musical - ind. Hoteleira e turística	26
Paulo Bruno Magalhães Mendes	Santa Maria da Feira	Aveiro	Construção civil	27
João Ricardo Paulo Valente	Covilhã	Castelo Branco	Reparação e assistência de electrodomésticos	29
Paulo José Santos Couto	Mangualde	Viseu	Comércio de lubrificantes	41
Anabela Coelho Santos	Tarouca	Viseu	Informática	31
Edmilson Ferreira Fonseca	Almada	Setúbal	Reparação de ferramentas eléctricas para construção civil	34
Carlos Alberto Moreira Ribeiro	Vila Nova de Gaia	Porto	Prestação de serviços na área de solicitoria	32
Luís Manuel Parreira Feitor	Ourém	Santarém	Jardinagem	36
Maria Isabel Araújo Sampaio Freitas	Viana do Castelo	Viana do Castelo	Atelier de Costura	48
Luís Carlos Sereno Souto	Cartaxo	Santarém	TOPTEC	20
Fernanda Aurora Nogueira Sousa	Porto	Porto	Gabinete de Apoio Pedagógico	29
Pedro Miguel Santa Maria Rocha	Nelas	Viseu	Actividade consultoria e serviços na área de agro-alimentar	40



## 2006 - Projectos aprovados (concelho e idade)

Nome	Concelho	Distrito	Negócio	Idade
Natália Daniela Carvalho	Santarém	Santarém	Ideias Curtidas - Loja de bordados e pinturas	36
Anabela Antónia Gavaia	Setúbal	Setúbal	Pastelaria/café	46
Angela Maria Dias Xavier Pina	Porto	Porto	Atelier de costura	39
Fernanda Silva Pereira Duarte	Cascais	Lisboa	Gabinete de estética	47
Francisco Manuel Carreiro Palma	Lisboa	Lisboa	Loja de informática	26
José Silva Rocha Sousa	Porto	Porto	Comércio (Ex- 300\$00)	55
Olga Maria Henrique Sousa Pinto	Lagos	Faro	Centro de explicações de português para crianças estrangeiras e ocupação de tempos livres	39
Páscoa Madre Deus	Almada	Setúbal	Churrasqueira, take-away	40
Vitor José Silva Abreu	Lisboa	Lisboa	carpintaria - mobiliário infantil	34
Maria Fátima Correia Ruço	Vila do Conde	Porto	Loja de roupa interior	40
Rui João Fernandes Cordeiro	Pombal	Leiria	Venda de Roupa em feiras	32
Paulo Sérgio Nascimento Rodrigues	Cascais	Lisboa	Pronto-a-vestir masculino jovem	23
Isabel Cristina Martins Almeida	Vila Nova de Gaia	Porto	Exploração de Café	22
Marisa Filipa Ricardo Sequeira	Portalegre	Portalegre	Mercearia Produtos Tradicionais e Estrangeiros	27
Manuel Duarte Gonçalves	Vieira do Minho	Braga	Clinica ambulatória em medicina veterinária	34
Maria Fernanda Nogueira da Rocha	Porto	Porto	Equipamento para Café/Bar	55
Sofia Burnay Magalhães	Lisboa	Lisboa	Easy bus	26
Célia Maria Nunes Gonçalves Silva	Entroncamento	Santarém	Sapataria Botilde	36
Denni Silva Nunes Pais	Nazaré	Leiria	Venda de roupa em feiras	23
Maria Céu Correia Borges	Lisboa	Lisboa	Café	31
Sónia Maria do Rosário Ramos Coentro	Loures	Lisboa	Loja de estética	33
José Augusto Casaca Nogueira	Coimbra	Coimbra	Artesanato	44
Pedro Miguel Santos Lopes	Vila Franca de Xira	Lisboa	Pastelaria - Casa de Pasto	22
Mente Ntiama Marques	Sintra	Lisboa	Produção e distribuição de CDs de música godspell	50
Nuno Rafael Tavares Machado	Lisboa	Lisboa	Limpa-vidros em altura	27
Jorge Manuel Silva Fernandes Pereira	Espinho	Aveiro	Café	29
Paula Cristina Guedes Martins	Santa Maria da Feira	Aveiro	Artesanato	43
João Carlos Azevedo e Costa Portugal	Lisboa	Lisboa	Florista	31
Lúcia Fátima Gonçalves Pedrosa	Vizela		Fábrica de componentes de calçado	34
João Henrique Almeida Gonçalves	Carregal do Sal	Viseu	Perito avaliador no campo da actividade seguradora	25
Maria Madalena Silva Salgado	Aveiro	Aveiro	Pintura para venda em lojas de móveis e decoração	29
António Jorge Ribeiro Vitorino dos Santos	Setúbal	Setúbal	Comércio de acessórios e consumíveis para o ramo automóvel	42
Aurélia Maria Ruivo Branco	Mourão	Évora	Criação de suínos	29
Marco Paulo Lopes Além	Almada	Setúbal	Design, publicidade e comunicação	36
Isabel Maria Leitão Silva	Peniche	Leiria	Engomadoria e Costura	37
Maria Susa Rodrigues Alves	Amadora	Lisboa	Loja de venda de produtos africanos vários	48
Henrique Manuel da Costa Paquete	Lisboa	Lisboa	Loja de venda de produtos para animais e animais de pequeno porte	28
Fátima Omar Amina	Vila Franca de Xira	Lisboa	Loja de produtos cosmética para africanos	36
José Carlos Moura Moreira	Gondomar	Porto	Centro de Aikido	49
Miguel Raimundo Capitão Ferro	Olhão	Faro	Reforço de actividade - pesca	35
Paula Cristina Pinto Luís Bastos	Sesimbra	Setúbal	Cabeleireiro	34
Aldina Azenha Sansana	Figueira da Foz	Coimbra	Cosmética - Representação/venda de marca	49
Mário Manuel Pereira Frazão	Rio Maior	Santarém	Trabalhos Florestais	34



## 2006 - Projectos aprovados (concelho e idade)

Nome	Concelho	Distrito	Negócio	Idade
Maria de Fátima das Neves Tavares Monteiro	Viana do Castelo	Viana do Castelo	Atelier de costura e artesanato com tecidos	47
Sebastião José Carvalho	Setúbal	Setúbal	Venda de Porcelanas Orientais	53
Débora Raquel Samba Pereira Gonçalves	Mirandela	Bragança	Firma de artesanato	25
Rosalina Maria Pontes da Russa	Vila do Conde	Porto	Loja de Artesanato	43
Fernanda Paula Martins Reis	Lisboa	Lisboa	Café do Monte	36
Sandra Cristina Silva Costa	Santa Maria da Feira	Aveiro	Salão de cabeleireiro	25
Mónica Paula Fernandes da Conceição	Alcobaça	Leiria	Feirante	25
Tiago Luís Rodrigues Ferreira Amado	Coimbra	Coimbra	Estabelecimento de venda directa de produtos e serviços de informática	26
Ana Barbara Oliveira Santos	Espinho	Aveiro	Arte floral e decoração	30
António Manuel Ramalho Garcias	Moura	Beja	Oficina automóvel	29
António Daniel Rijo Freire	Ovar	Aveiro	parque de diversões itinerante	
Marco Alberto Martins Hilário	Estremoz	Évora	Imobiliária	34
Maria Domingos Valadas Charro dos Santos	Redondo	Évora	Compra e venda de mobiliário	35
Paulo Jorge Rodrigues Figueiredo	Amadora	Lisboa	Produção de vídeos e espectáculos	27
Maria Elena Santana Ponce de Leon	Ourém	Santarém	Apoio ao domicilio, que inclui massagens e higiene pessoal	60
Raquel Cristina Pinto da Fonseca	S. João da Madeira	Aveiro	Loja de produtos alimentares e biológicos	27
Artur Verdades Canas Garcia	Lisboa	Lisboa	Loja de peixe congelado e mercearias africanas	30
Cristina Isabel da Silva Raposo	Lisboa	Lisboa	Angariadora imobiliária na RE/MAX	42
Marta Angelica Bedê	Vila Nova de Gaia	Porto	Organização festas infantis	39
Maria do Rosário Tomaz Duarte	Lourinhã	Lisboa	Café/Restaurante	44
Rosa Maria Neves Marinho Silva	Gondomar	Porto	Rotulação e envergamento de garrafas	39
Cupertina Oliveira Niza	Mafra	Lisboa	Fabrico de Doçaria	61
Alexandra Herédia Lima de Freitas Ribeiro	Lisboa	Lisboa	Venda de contas e missangas e acessórios de bijuteria	59
Maria Leonor Carrasco Almeida	Moura	Beja	Retrosaria, tapetes e arraiolos	23
Maria da Silva Maia	Lisboa	Lisboa	Costura	45
Írina Nascimento Marques	Nazaré	Leiria	Venda de roupa em feiras	19
Maria Conceição Reis Colaço Garcia	Montemor-o-Novo	Évora	loja de venda de fruta e peixe	29
José António Pereira Santos	Odivelas	Lisboa	Produção gráfica, informática	37
Manuel Almeida	Paços de Ferreira	Porto	salão de cabeleireiro	48
Ivete Rodrigues da Mata	Sintra	Lisboa	Escritório de advocacia	31
Rosária Primitiva da Silva Araújo	Maia	Porto	Loja de costura	51
José Luis Senhorinha Covas	Odivelas	Lisboa	Artesanato (madeiras: bancos, cadeiras e brinquedos)	36
Carlos Alberto Ferreira Fernandes	Torres Novas	Santarém	Montagem e assistência de instalações eléctricas	28
João Bruno Pina Videira	Évora	Évora	Artesanato de artigos de decoração	32